



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

ANEXO II

PROGRAMA

**Hasta Pública para a alienação de vinte prédios urbanos
no âmbito do Programa “Reabilita Primeiro Paga Depois”**

1. OBJECTO DA HASTA PÚBLICA

A presente hasta pública tem por objeto a alienação de 20 (vinte) prédios urbanos, propriedade do Município de Lisboa, identificados no Anexo I das presentes peças do procedimento, pela morada, freguesia, data de visita do prédio, descrição no registo predial, inscrição matricial, área bruta de construção, preço base de licitação, prazo para a entrega do projeto, prazo para a conclusão de obra e comercialização e prazo máximo para o pagamento do preço do Imóvel ao Município, doravante abreviadamente designados, em conjunto, por “Imóveis”, no âmbito do Programa “Reabilita Primeiro Paga Depois”.

2. FINALIDADE DA ALIENAÇÃO DOS IMÓVEIS

2.1. A presente Hasta Pública destina-se à alienação dos Imóveis propriedade municipal, com a obrigação de realização de obras de reabilitação ou de reconstrução pelo respetivo adquirente no prazo fixado.

2.2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o comprador poderá optar por efetuar o pagamento diferido do preço total devido pelo Imóvel até ao termo do prazo indicado na coluna “Prazo de Pagamento (meses)” do Anexo I das presentes peças do procedimento, contado a partir da data da celebração do respetivo contrato de compra e venda.

2.3. O comprador poderá optar pelo pagamento total do preço do Imóvel no ato da celebração do contrato de compra e venda, nos termos e condições previstas em 6.2 no Caderno de Encargos.

2.4. Sem prejuízo do disposto em 2.2. e 2.3., o pagamento do preço de compra do Imóvel e a realização das obras de reabilitação ou de reconstrução poderão ser realizadas com recurso a fundos próprios ou mediante financiamento bancário contratado para o efeito.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

3. CONSULTA DO PROCEDIMENTO E OBTENÇÃO DE CÓPIAS

3.1. As peças do procedimento, constituídas pelo Edital, Programa e Caderno de Encargos e respetivos anexos encontram-se disponíveis para consulta na Divisão de Relação com o Munícipe – Atendimento Geral, sito no Campo Grande, n.º 25, Piso 0, em Lisboa, nos dias úteis entre as 08h e as 20h, desde a data da publicação do Edital de abertura até às 20 horas do dia _____ de 2015.

3.2. A cópia das referidas peças poderá ser solicitada e levantada na morada indicada no número anterior, mediante o pagamento da quantia calculada nos termos da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, até 2 (dois) dias antes do termo do prazo indicado em **9.1.** infra.

3.3. Os interessados poderão igualmente descarregar as peças da Hasta Pública no sítio da Internet <http://cidadeoportunidades.cm-lisboa.pt/imoveis.html>

3.4. É da exclusiva responsabilidade dos interessados a verificação e comparação das cópias com as peças patenteadas.

4. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO SOBRE AS PEÇAS PATENTEADAS

4.1. A entidade que preside à hasta pública é o Município de Lisboa representado pela Comissão para tal designada, instalada na Central de Compras Municipal – Divisão de Procedimentos, sita no Campo Grande, n.º 25, Piso 9, Bloco A, em 1749-099 Lisboa, com os seguintes contactos: 21 798 8558 e dmf.ccm.dp@cm-lisboa.pt.

4.2. A Comissão é constituída pelos seguintes membros:

a) Presidente da Comissão:

Dr. António Furtado

(Diretor do Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial)

b) Vogais efetivos:

- Dr.ª Rita Romina Dinis Lourenço

(Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social)

- Dra. Carla Alexandra Fernandes Carvalhal

(Central de Compras Municipal – Chefe da Divisão de Procedimentos)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

c) Vogais suplentes:

- Ana Isabel Sá Pereira

(Central de Compras Municipal – Divisão de Procedimentos)

- Dr.^a Isabel Guerreiro

(Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial – Chefe da Divisão de Administração de Património Imobiliário).

4.3. A Comissão será assessorada por um técnico ou mais técnicos habilitados a prestar os esclarecimentos necessários em matéria de licenciamento urbanístico, designadamente quanto a projetos, estudo prévio ou pedido de informação prévia sobre o Imóvel.

4.4. Qualquer entidade poderá, no primeiro terço do prazo previsto em 9.1. para a entrega da documentação, a contar da publicação do anúncio, solicitar, por escrito àquela Comissão, para a morada ou endereço de correio eletrónico indicados em 4.1, supra, os esclarecimentos que entender por necessários.

4.5. O Município de Lisboa poderá recusar prestar os esclarecimentos solicitados se os entender absolutamente inadequados à formulação da proposta. Todos os esclarecimentos que mereçam resposta do Município de Lisboa, serão publicados em Boletim Municipal e comunicados ao respetivo requerente durante o segundo terço do prazo para entrega das propostas.

4.6. Simultaneamente com a publicação em Boletim Municipal e a comunicação dos esclarecimentos ao interessado que os solicitou, juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas.

5. DATA E HORA PARA EXAMINAR O IMÓVEL

Qualquer interessado poderá examinar cada um dos Imóveis objeto da presente Hasta Pública na data indicada na coluna “Data de visita do Imóvel” do Anexo I das presentes peças do procedimento, entre as 10 horas e as 17 horas.

6. CONDIÇÕES DE ADMISSÃO À HASTA PÚBLICA

Apenas se podem habilitar à presente hasta pública, as pessoas singulares ou coletivas que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no Anexo II das presentes peças do procedimento.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

7. VALOR BASE DE LICITAÇÃO

O valor base de licitação de cada Imóvel objeto da presente Hasta Pública é o indicado na coluna “Preço Base de Licitação” do Anexo I das presentes peças do procedimento.

8. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DOS CANDIDATOS:

8.1. Todos os candidatos deverão apresentar obrigatoriamente os seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a)** Declaração, sob compromisso de honra, elaborada nos termos do Anexo II das presentes peças do procedimento;
 - b)** Tratando-se de pessoas coletivas sujeitas a registo comercial, versão impressa da certidão permanente do registo comercial, com indicação do respetivo código de acesso, ou fotocópia simples da certidão de registo comercial emitida pela conservatória do registo comercial, válida e atualizada;
 - c)** Caso o candidato opte por se fazer representar no ato público, procuração, elaborada nos termos do Anexo III das peças do procedimento ou ata do órgão social estatutariamente competente para delegar competência num gerente ou administrador para representar isoladamente a pessoa coletiva, nos casos em que esta se obrigue pela assinatura de dois ou mais membros do órgão de gestão;
 - d)** Cópia do cartão de cidadão, bilhete de identidade ou passaporte, acompanhado, nestes casos, de cópia do cartão de contribuinte, no caso de candidatos pessoas singulares;
 - e)** Indicação se pretende proceder ao pagamento integral do preço do Imóvel na data da celebração do contrato de compra e venda ou até à data fixada para a conclusão das obras de reabilitação ou reconstrução, indicando, neste caso, se tal pagamento será efetuado através de fundos próprios ou com recurso a financiamento bancário, nos termos do Anexo IV das presentes peças do procedimento.
- 8.2.** Caso o candidato pretenda licitar mais do que um Imóvel deverá para o efeito apresentar para cada um deles a declaração prevista na alínea e) do número anterior, sendo bastante um exemplar dos documentos referidos nas alíneas a) a d) do número anterior, independentemente do número de imóveis que pretenda licitar.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

8.3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, todos os documentos a que se referem as alíneas anteriores serão redigidos em língua portuguesa.

8.4. Os candidatos de origem estrangeira estão obrigados a apresentar os documentos exigidos aos candidatos de origem nacional.

8.5. Os candidatos pessoas coletivas sem sede, filial ou estabelecimento estável em território nacional deverão apresentar, em substituição do documento referido na alínea b) do 8.1, o certificado de constituição da pessoa, acompanhado dos respetivos estatutos (*Certificate of incorporation and Articles of Association*), emitidos de acordo com a legislação do respetivo Estado de origem, legalizados num Consulado Português ou de acordo com a Convenção de Haia, e traduzidos para língua portuguesa, com a respetiva tradução certificada nos termos da lei portuguesa.

9. ENTREGA DOS DOCUMENTOS

9.1. Os documentos referidos em 8. supra, são remetidos pelo correio em envelope opaco e fechado, sob registo e com aviso de receção ou entregues por mão própria, pelos candidatos ou seus representantes, contra recibo, devendo, em qualquer dos casos, dar entrada na Divisão de Relação com o Munícipe – Atendimento Geral, sito no Campo Grande, n.º 25, Piso 0, em 1749-099 Lisboa, até às 13:00 horas do dia _____ de 2015.

9.2. O envelope mencionado no ponto anterior deverá conter a inscrição “Documentos de Habilitação – Hasta Pública para alienação no âmbito do Programa “Reabilita Primeiro e Paga Depois”, a realizar no dia _____, Processo n.º /HP/CCM/2015.

9.3. Se o envio dos documentos for efetuado pelo correio ou entregue em locais diferentes do indicado em 9.1, os candidatos são os únicos responsáveis pelos atrasos que porventura se verifiquem, não constituindo motivo de reclamação o facto da entrega das propostas ocorrer já depois de esgotado o prazo fixado para a entrega das mesmas.

10. CAUSAS DE EXCLUSÃO

Constituem causa de exclusão dos candidatos:

a) A não apresentação de um qualquer dos documentos exigidos no ponto 8. do presente Programa nos exatos termos em que são estabelecidos no presente Programa de Concurso;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

- b) O incumprimento pelo adjudicatário provisório na anterior hasta do Programa Reabilita Primeiro Paga Depois da obrigação prevista no ponto 16.º ou a falta, sem motivo justificável, à celebração do contrato de compra e venda de Imóvel arrematado na anterior hasta do referido Programa;
- c) A prestação de falsas declarações ou a falsificação dos documentos apresentados, sem prejuízo da participação criminal à entidade competente para o efeito.

11. LOCAL, DIA E HORA DO ACTO PÚBLICO

11.1. O ato público terá início às 10 horas no dia _____ de 2015, nas salas 1 e 2, Piso 2, Bloco F sita no Campo Grande, n.º 25, 1749-099 Lisboa.

11.2. A Comissão poderá suspender o ato público e marcar nova data e local para a sua realização sempre que o número de candidatos ou as condições técnicas justifiquem tal alteração.

11.3. Os candidatos podem ser representados na hasta pública nos seguintes termos:

- a) No caso de o candidato ser uma pessoa singular, por procuração, elaborada nos termos do Anexo III das presentes peças do procedimento, da qual conste o nome e número do documento de identificação dos representantes, e exibição dos respetivos cartões de cidadão ou bilhetes de identidade dos mandatários;
- b) No caso de intervenção do titular de estabelecimento individual de responsabilidade limitada pela exibição do respetivo cartão de cidadão ou bilhete de identidade ou procuração, elaborada nos termos do Anexo III das presentes peças do procedimento, da qual conste o nome e número do documento de identificação dos representantes, e exibição dos respetivos cartões de cidadão ou bilhetes de identidade dos mandatários;
- c) No caso de intervenção de representantes de sociedades ou agrupamentos complementares de empresas, a exibição dos respetivos cartões de cidadão ou bilhetes de identidade e de procuração emitida pela sociedade ou agrupamento, elaborada nos termos do Anexo III das presentes peças do procedimento, da qual conste o nome e número do documento de identificação dos representantes ou ata do órgão social estatutariamente competente para delegar competência num gerente ou administrador para representar isoladamente a pessoa coletiva, nos casos em que esta se obrigue pela assinatura de dois ou mais membros do órgão de gestão.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

12. TRAMITAÇÃO DO ACTO PÚBLICO

12.1. Declarado aberto o ato público, a Comissão procede à identificação da hasta pública e à abertura dos sobrescritos recebidos, com os documentos mencionados no ponto 8.

12.2. De seguida, a Comissão rubrica os documentos mencionados no número anterior e interrompe o ato público para que proceda, em sessão privada, à análise dos documentos de habilitação apresentados pelos candidatos, deliberando sobre a sua admissão ou exclusão, nas situações previstas no ponto 10.º do presente Programa.

12.3. Reaberto o ato público, a Comissão procede, depois, à leitura da lista dos candidatos, elaborada segundo a ordem de entrada dos envelopes na Divisão de Relação com o Município – Atendimento Geral e comunica as deliberações tomadas sobre a admissão ou exclusão dos candidatos e, neste caso, os fundamentos da exclusão, bem como os Imóveis a que cada candidato admitido concorre.

12.4. Seguidamente, a Comissão procede à identificação dos candidatos admitidos e dos seus representantes, devendo, em caso de candidatura conjunta, os respetivos candidatos designar um representante comum;

12.5. De seguida, é aberta a praça iniciando-se a licitação autónoma e individualizada de cada Imóvel a partir do respetivo valor base.

12.6. Os Imóveis serão licitados pela ordem constante no Anexo I das presentes peças do procedimento, podendo a Comissão da Hasta, em face do número de candidatos existentes, deliberar que a licitação dos Imóveis indicados na segunda parte do referido Anexo seja realizada no dia seguinte ao da abertura do ato público, a partir das 10 horas, no mesmo local.

12.7. No ato público da praça, procede-se à licitação verbal entre os candidatos, que podem ser os próprios ou seus representantes devidamente legitimados com poderes bastantes para o efeito, nos termos da alínea c) do ponto 8.1 do presente Programa.

12.8. Os lanços não poderão ser inferiores a € 1.000,00 (mil euros) ou múltiplos para Imóveis com valor base de licitação inferior ou igual a € 505.000,00 (quinhentos e cinco mil euros) nem inferior a € 5.000,00 (cinco mil euros) para os Imóveis de valor base de licitação superior a € 505.000,00 (quinhentos e cinco mil euros).



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

12.9. A licitação termina quando tiver sido anunciado por três vezes o lance mais elevado e este não for coberto.

12.10. Havendo necessidade ou conveniência, poderá a Comissão que preside à hasta pública determinar a sua interrupção a qualquer momento, com continuação em dia e hora que desde logo fixará.

13. PROPOSTA CONDICIONADA E COM VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas condicionadas ou que envolvam alterações ou variantes das cláusulas do Caderno de Encargos.

14. ADJUDICAÇÃO PROVISÓRIA

14.1. Encerrada a licitação, o candidato que tenha apresentado ou licitado o valor mais elevado deverá proceder ao pagamento da quantia de 1.000,00 (mil euros), por via eletrónica ou por cheque bancário à ordem do Município de Lisboa, correspondente a custos relacionados com a transmissão do Imóvel.

14.2. De seguida, a Comissão procede à adjudicação provisória de cada Imóvel a quem tenha apresentado o valor mais elevado.

15. NÃO ADJUDICAÇÃO PROVISÓRIA

15.1. Não há lugar a adjudicação provisória quando:

- a) Todas as candidaturas tenham sido excluídas;
- b) Nenhum concorrente haja licitado;
- c) A licitação não for igual ou superior ao valor base de licitação do respetivo Imóvel, tal como indicado na coluna “Preço Base de Licitação” do Anexo I das peças do procedimento;
- d) O Candidato não tenha procedido ao pagamento da quantia indicada em 14.1.;
- e) Existam fundados indícios de conluio entre os candidatos;
- f) Exista erro relevante sobre a identificação ou composição do imóvel ou ainda qualquer outra causa justificativa;
- g) Quando, por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento.

15.2. A decisão de não adjudicação provisória, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os candidatos.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

16. TRAMITAÇÃO SUBSEQUENTE

16.1. No prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis a contar da data da adjudicação provisória, o adjudicatário provisório deverá apresentar nos serviços municipais os seguintes documentos:

- a) Certificado do registo criminal do candidato e, no caso de pessoas coletivas, certificado do registo criminal da pessoa coletiva e de cada membro dos órgãos de gestão (gerência, administração, direção);
- b) Versões impressas das certidões de inexistência de dívida às finanças e segurança social, descarregadas em www.portaldasfinancas.gov.pt e www.seg-social.pt, respetivamente, acompanhadas do comprovativo das autorizações conferidas ao Município de Lisboa para que proceda à respetiva consulta ou as correspondentes certidões, em formato de papel, válidas e atualizadas;
- c) Declaração de que procederá ao pagamento integral do preço do Imóvel na data da celebração do contrato de compra venda, assumido a obrigação de reabilitar o mesmo no prazo contratualmente fixado ou, nas situações de pagamento diferido do preço do Imóvel com recurso a financiamento bancário, uma das seguintes declarações:
 - i) Declaração de compromisso de entidade bancária com sede em território nacional ou de Instituição de Crédito da União Europeia em Regime de Livre Prestação de Serviços, registada junto do Banco de Portugal, de que financiará a operação de reabilitação e garantirá o pagamento diferido do preço do Imóvel ao Município de Lisboa no termo do prazo contratualmente fixado, tal como consta da coluna “Prazo de Pagamento (meses)” do Anexo I das peças do procedimento, acompanhada da respetiva minuta de contrato de financiamento; ou
 - ii) Declaração de compromisso de entidade bancária com sede em território nacional ou de Instituição de Crédito da União Europeia em Regime de Livre Prestação de Serviços, registada junto do Banco de Portugal, de que emitirá garantia bancária *on first demand* a favor do Município de Lisboa, no montante correspondente ao preço do Imóvel, de acordo com o Modelo que constitui o Anexo IV das presentes peças do procedimento, caso a operação se realize com fundos próprios e com pagamento diferido do preço do Imóvel no termo do



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

prazo contratualmente fixado, tal como consta da coluna “Prazo de Pagamento (meses)” do Anexo I das peças do procedimento.

16.2. Os candidatos de origem estrangeira estão obrigados a apresentar os documentos exigidos aos candidatos de origem nacional, salvo se se tratar, nos termos da legislação fiscal vigente, de pessoa coletiva não residente em território nacional, caso em que ficarão dispensados de apresentar os documentos referidos na alínea b) do número anterior, devendo, no entanto, neste caso, entregar certidão da administração fiscal portuguesa, atestando que o candidato não tem residência fiscal em território nacional.

16.3. Caso o adjudicatário provisório não proceda à entrega atempada dos documentos referidos nos números anteriores, a adjudicação provisória é dada sem efeito e o adjudicatário definitivo perderá o valor entregue nos termos do 14.1. e ficará impedido de participar na próxima hasta do Programa Reabilita Primeiro Paga Depois.

17. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Todos os candidatos estão obrigados a manter as suas propostas, designadamente os valores resultantes das suas licitações, pelo prazo de 90 (noventa) dias a contar da data do ato público.

18. ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA

18.1. A decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação compete ao Presidente da Câmara Municipal, devendo o interessado ser notificado no prazo de 8 (oito) dias úteis a contar do despacho de adjudicação definitiva.

18.2. A adjudicação definitiva não terá lugar, quando:

- a) O adjudicatário provisório não proceda em tempo à entrega de qualquer dos documentos referidos em 16. supra;
- b) O adjudicatário provisório não apresente os documentos referidos em 16. supra nos termos ali fixados e no integral respeito pelo disposto nas peças do procedimento;
- c) Existam fundados receios de que o adjudicatário provisório não terá condições para cumprir integralmente as obrigações a que está a vincular, que decorrem das peças do procedimento;
- d) Sempre que existam fundados indícios de conluio entre os candidatos.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

18.3. Após a notificação da adjudicação definitiva, poderá o Município de Lisboa, a pedido do adquirente, emitir declaração a autorizar o registo provisório de aquisição do Imóvel a favor do adjudicatário junto do registo predial.

19. MINUTA E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

19.1. O adjudicatário definitivo fica obrigado a pronunciar-se sobre a minuta do contrato escrito no prazo de 8 dias úteis a contar da data da receção da respetiva minuta, findo o qual, se o não fizer, a mesma se considerará aprovada.

19.2. O contrato de compra e venda, com hipoteca em caso de financiamento bancário, ou reserva de propriedade a favor do Município no modelo de reabilitação e pagamento diferido do preço do Imóvel com fundos próprios, deverá ser celebrado no prazo máximo de 30 dias úteis a contar da data da aprovação da respetiva minuta.

19.3. O Município de Lisboa notificará por escrito o adjudicatário definitivo da data da celebração do referido contrato de compra, com a antecedência mínima de 8 dias úteis.

19.4. Sem prejuízo dos benefícios fiscais a que haja lugar, o adjudicatário definitivo deverá liquidar o Imposto do Selo e o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas até à data da celebração do contrato.

19.5. Caso o adjudicatário definitivo não compareça na data prevista para a celebração do contrato, sem motivo justificado, a adjudicação definitiva ficará sem efeito, perdendo o adjudicatário definitivo o valor entregue nos termos do 14.1. e ficando impedido de participar na próxima hasta do Programa Reabilita Primeiro Paga Depois.

20. ANULAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

A prestação de falsas declarações ou a falsificação de documentos apresentados implica a anulação da adjudicação, sem prejuízo de participação criminal à entidade competente para o efeito.

21. REABERTURA DO PROCEDIMENTO

21.1. Sempre que o adjudicatário não proceda à entrega atempada de qualquer dos documentos referidos em 16. supra ou tenha faltado, sem motivo justificável, à celebração do contrato, poderá a Comissão da Hasta Pública proceder à adjudicação provisória do Imóvel



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

ao candidato que tenha licitado o segundo valor mais elevado, por menos € 1.000,00 (mil euros) face ao arrematado para os Imóveis com um valor base de licitação inferior ou igual a € 505.000,00 (quinhentos e cinco mil euros) ou a € 5.000,00 (cinco mil euros) para os imóveis de valor base de licitação superior a € 505.000,00 (quinhentos e cinco mil euros).

21.2. Sempre que não seja recebida candidatura relativamente a um dos Imóveis, a Comissão da Hasta publicar anúncio em Boletim Municipal a informar que qualquer interessado poderá apresentar, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da referida publicação, uma proposta de aquisição do Imóvel em carta fechada, devendo tal candidatura respeitar integralmente os termos e condições de alienação aprovados, designadamente o valor base de alienação, bem como dos documentos de habilitação previstos em 8.º supra, bem como fixar, desde logo, a data para a abertura das propostas recebidas, no local indicado em 11.1..

21.3. Caso seja apresentada mais do que uma candidatura para o mesmo Imóvel, abrir-se-á licitação entre os respetivos proponentes, logo após a abertura das cartas fechadas.

21.4. Encerrado o ato público, o proponente ou arrematante procederá ao pagamento da quantia de 1.000,00 (mil euros), prevista em 14.1. e, de seguida, a Comissão promoverá a respetiva adjudicação provisória do Imóvel, aplicando-se, a partir deste momento, o disposto nos pontos 16. e seguintes do presente Programa de Concurso.

21.5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Município de Lisboa poderá recorrer a nova hasta pública, nos termos aprovados pela Câmara Municipal, designadamente nas seguintes situações:

- a) A hasta pública fique deserta;
- b) Não houver lugar à adjudicação definitiva;
- c) A adjudicação venha a ser anulada;
- d) Caso o adjudicatário falte, sem motivo justificável, à celebração do contrato de compra e venda.

22. ENCARGOS

São encargos dos candidatos todas as despesas relacionadas com apresentação dos documentos necessários para a respetiva participação na hasta pública, com a celebração do contrato de compra e venda, bem como as relativas à constituição e registo de hipoteca



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

voluntária a favor de entidade bancária ou de registo de reserva de propriedade a favor do Município de Lisboa, designadamente taxas, emolumentos e impostos.

23. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

23.1. À presente hasta pública são aplicáveis as normas do Programa Reabilita Primeiro Paga Depois, aprovado pelas Deliberações n.ºs 679/CM/2011, de 21 de Dezembro e Deliberação n.º 348/2012, de 26 de Setembro, publicadas em Boletim Municipal n.ºs 931 (1.º suplemento), de 22 de Dezembro de 2011 e 971 (2.º suplemento), de 27 de Setembro de 2012.

23.2. A Hasta Pública reger-se-á supletivamente pelo disposto no Regulamento do Património, aprovado por despacho do Presidente da Câmara de 6 de Janeiro de 1968, com a redação dada pelo Edital n.º 40/90, publicado no Boletim Municipal de 4 Maio e pela Deliberação n.º 105/AM/2005, publicada no Boletim Municipal n.º 604 de 15 de Setembro.

23.3. Para efeitos do presente Programa é adotado o vocabulário urbanístico constante do Regime jurídico da urbanização e da edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 13/2000, de 20 de Julho, e 30-A/2000, de 20 de Dezembro, pelos Decreto-Lei n.ºs 177/2001, de 4 de Junho, pelas Leis n.ºs 15/2002, de 22 de Fevereiro, e 4-A/2003, de 19 de Fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 157/2006, de 4 de Setembro e pelos Decretos-Leis n.ºs 18/2008, de 29 de Janeiro, e 116/2008, de 4 de Julho e pelo Decreto-Lei n.º 26/2010 de 30 de Março.